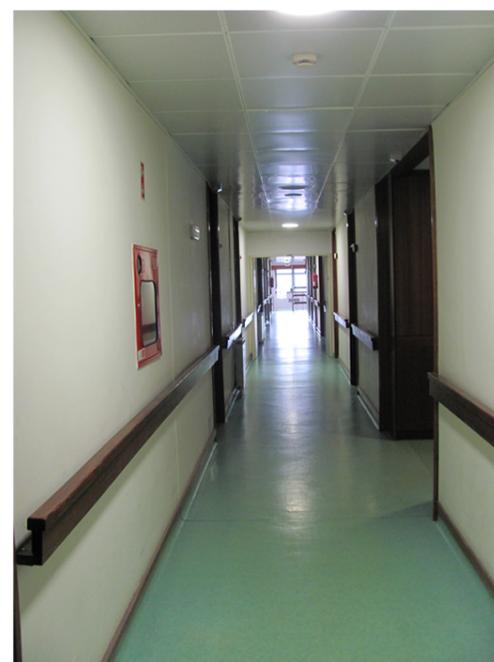


Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim



**Requalificar
ERPI - Pensionato**



**Alterar e Ampliar
ERPI
(PEDU / IFRRU / CAPITALIZAR+)**

Plano de Ação e Orçamento 2020



**Requalificação energética
da ERPI**

PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação e o Orçamento para o ano de 2020, foram elaborados tendo como base a sustentabilidade financeira da Misericórdia, assente na reorganização interna dos seus serviços, na sua eficácia operacional, no combate ao desperdício, exigência nos contratos de prestação de serviços e de aquisição de bens e produtos.

Todas estas estratégias têm à mesma finalidade – prestação de serviços de boa qualidade, com boas condições físicas e organizacionais para os trabalhadores, e economia de meios.

A qualidade dos serviços prestados, na área social e na saúde, terão como referência as atuais exigências nos setores, as diretrizes das entidades que os tutelam, bem como os normativos de boas práticas atuais. Para a sua implementação serão seguidos os normativos internos já existentes e a rever, com base em critérios de qualidade internacional.

Será continuada a Requalificação da ERPI – Pensionato, de modo a adequar as suas instalações às atuais exigências legais, e às necessidades dos seus residentes. A Alteração e Ampliação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Lares de Nossa Senhora da Misericórdia e Lar de Grandes Dependentes – terá a sua fase de maior impulso, com a construção do novo edifício, por cima do parque de estacionamento, bem como a substituição da cobertura de acesso à entrada da ERPI e requalificação energética das fachadas sul, poente e nascente do edificado que constitui a ERPI, que irá permitir melhores condições térmicas e redução dos custos de energia, para aquecimento, no inverno.

As famílias continuarão, como tem acontecido nos últimos anos, a ter dificuldade em pagar as prestações complementares dos serviços prestados aos idosos. Os pedidos de apoio social na área alimentar, têm vindo a diminuir, embora lentamente, mas continuarão a exigir a ação do PEA (Programa de Emergência Alimentar), tendo em conta que o POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas) não responde eficazmente a todas as situações de carência alimentar, podendo haver um decréscimo do número de refeições a serem comparticipadas pela Segurança Social. A discrepância entre a procura justificada do apoio alimentar e o número de refeições que a Segurança Social comparticipa, em sede de Protocolo, continuará a exigir da Misericórdia, um esforço financeiro no apoio aos mais carenciados.

O aumento de salários e as alterações laborais, que abrangem uma parte significativa dos trabalhadores, poderão gerar dificuldades no equilíbrio financeiro, tendo em conta que a subida dos custos do trabalho, com peso significativo nas despesas, tem uma fraca compensação nas receitas, face ao diminuto aumento das pensões das pessoas idosas.

Continua a existir imprevisibilidade de receitas extraordinárias, embora a Requalificação da ERPI – Pensionato, permita a entrada de novos residentes e portanto receitas de direitos de ocupação.

A modernização da nossa estrutura funcional, a rentabilização da capacidade instalada, a racionalização dos serviços e dos processos de aquisição de bens, o combate ao desperdício, são exigências decorrentes da necessidade de continuar a apostar na modernização, sem a qual a competitividade e a sustentabilidade não têm base de apoio.

Será substituído o fardamento dos trabalhadores, Ajudantes de Ação Direta, Trabalhadores Auxiliares, e outros, por novos modelos com um novo design, todos com o logotipo da Misericórdia.

Irá ser realizada uma ampla formação, incidindo particularmente nas categorias de Ajudantes de Ação Direta e Auxiliares.

O equilíbrio financeiro de cada uma das respostas sociais continuará a ser um referencial, no respeito pelos Protocolos de Cooperação.

A abertura ao meio, estabelecendo acordos com instituições da área social ou educacional, vai continuar, e em particular com o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), e diversas escolas do ensino básico/secundário e superior.

Na área do trabalho a disponibilidade para estabelecer acordos, traz vantagens mútuas. Por um lado, dando oportunidade aos jovens, ou menos jovens, de conhecerem o que é a atividade do Terceiro Setor, e por outro lado a

Instituição beneficia do contacto com novas abordagens das questões que se colocam na área social, e ajuda a preparar potencial humano.

O Plano de Ação para o ano de 2020 foi elaborado neste quadro, com pressupostos da situação nacional, mas tendo em conta a realidade local, decorrendo daí um orçamento rigoroso, face aos meios financeiros cada vez mais escassos, e o aumento dos preços dos bens e serviços, indispensáveis ao regular funcionamento das diferentes valências.

A sustentabilidade da Instituição, nas suas vertentes económica e financeira, continuará a ser uma preocupação constante, ajustando as despesas às receitas.

Área Social

A ocupação das camas disponíveis nas estruturas residenciais, tem-se mantido nos últimos anos constantemente nos 100 %, não tendo a Misericórdia conseguido dar resposta, por falta de camas, às solicitações da população, prevendo-se que a procura se mantenha, quer para admissão definitiva, quer para situações temporárias, resultantes de impossibilidade dos cuidadores habituais continuarem a dar apoio.

As situações de demência frequentes, e o estado de saúde das pessoas que procuram as estruturas residenciais para idosos, exigirão a manutenção de serviço de saúde de apoio bem estruturado, de modo a responder a essas necessidades.

A flexibilidade dos nossos serviços, terá que ter em conta as dificuldades das famílias na prestação de cuidados, dado o envelhecimento da população, e as conseqüentes limitações inerentes a essa situação.

O serviço de Ocupação e Desenvolvimento Pessoal, irá a ter um papel importante no bem estar das pessoas por nós cuidadas, apostando-se no seu reforço e qualidade da sua ação.

Os portadores de Paramiloidose continuarão a ter o apoio específico desta Misericórdia, quer diretamente através da ação do CEAP (Centro de Estudos e Apoio à Paramiloidose), quer através de campanhas de informação, a nível da população e dos técnicos de saúde, em parceria com entidades ligadas ao combate à doença, e no possível estabelecimento de um protocolo com a Segurança Social.

Irá ser feita uma campanha, de modo a suscitar o interesse da população local em ajudar a Misericórdia, disponibilizando o seu tempo e vontade, a favor dos que são acolhidos e cuidados na Instituição, para alargar o voluntariado nas diferentes valências da Área Social.

Área da Saúde

Cuidados Continuados:

Não se preveem alterações nos valores a pagar pelos serviços prestados, durante o ano de 2020, pese embora os crescentes encargos da prestação de cuidados.

Medicina Física e de Reabilitação:

É uma área da saúde com grande oferta de serviços de várias unidades, particularmente na zona da Póvoa - Vila do Conde. A nossa capacidade de resposta nesta área, como noutras áreas da saúde, poderá ser alargada, oferecendo outros serviços, tendo em conta o corpo técnico de que dispomos, de modo a rentabilizar as instalações, os meios humanos e os equipamentos, adequando instalações e organização a esta realidade.

Serviço de Psicologia:

O aumento das situações de demências e de fragilidade emocional, dos nossos residentes na ERPI, e utentes de outros serviços, obriga a um plano de intervenção, no sentido de garantir melhoria na qualidade de vida das pessoas que cuidamos.

Área do Trabalho

A formação generalizada dos trabalhadores, interna e externa, será continuada, abrangendo várias categorias profissionais, mas pelo número de trabalhadores e novas admissões terá mais expressão nos Ajudantes de Ação Direta,

Trabalhadores Auxiliares e trabalhadores na Área da Cozinha.

Administração:

Serviços Administrativos e Financeiros:

A inovação, indispensável à sustentabilidade da Instituição, continuará como prioridade na ação desta Mesa Administrativa.

O Serviço de Limpeza e Higienização, continuará a ser objeto de reorganização.

Os sistemas de controle de circulação de pessoas estranhas, vai continuar a ser objeto de particular atenção, de modo a garantir segurança dos nossos residentes, e restantes utentes das nossas resposta sociais.

É neste quadro que iremos desenvolver a atividade, no próximo ano, certos que a procura de apoio para os mais idosos, muitos com uma baixa pensão, mas com as mesmas necessidades dos que possuem rendimentos mais elevados, continuará a sentir-se, e o apoio social aos mais carenciados, terá de continuar.

O Plano de Atividades para o ano de 2020, baseia-se em sete eixos de orientação estratégica:

- I – Capacitação e qualificação de trabalhadores;
- II – Promoção da qualidade dos serviços prestados;
- III – Requalificação das estruturas físicas da ERPI e ERPI - Pensionato;
- IV – Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local;
- V – Voluntariado;
- VI – Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços;
- VII – Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira.

Capacitação e qualificação de trabalhadores:

As ações de formação externa resultam de uma parceria com o IEFP, preferencialmente em contexto de trabalho, estando também prevista formação por formadores internos.

A formação centrar-se-á em áreas de interesse para a nossa atividade, nomeadamente:

- prestação de cuidados aos doentes, utentes e residentes
- higiene e segurança no trabalho
- higienização de espaços e equipamentos
- prevenção e controlo de infeção
- suporte imediato de vida
- segurança contra incêndio

Promoção da qualidade dos serviços prestados:

Implementação de procedimentos aceites por entidades nacionais e internacionais, tendentes à garantia da qualidade dos serviços prestados, quer na área da saúde quer na área social.

Requalificação da ERPI – Pensionato:

A intervenção a implementar contempla criação de espaços comuns para banho assistido, espaço de enfermagem e gabinete médico, e espaços sanitários gerais, bem como requalificação dos quartos existentes, de forma a adequá-los à legislação em vigor, no que respeita às exigências das instalações sanitárias e centralização do sistema de chamada e controlo de rondas.

Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local:

Programa de Emergência Alimentar

Tal programa, por depender da necessidade de apoio social e da vontade do Ministério da Segurança Social, ocorrerá enquanto nos for solicitado, dentro do acordo ou não com o Instituto da Segurança Social, podendo passar por outros tipos

de apoio como agora já acontece.

O voluntariado

Alargamento da bolsa de voluntários.

Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços:

Reorganização dos serviços para os tornar mais eficientes, com economia de meios materiais e humanos. A utilização de mais meios técnicos e o recurso a auditorias, serão meios para conseguir esse objetivo. Por outro lado o estabelecimento de parcerias, com instituições similares, permitirão análise conjunta e comparativa, para encontrar modelos mais eficientes de organização.

Combate ao desperdício e eficiência das instalações

Continuarão a ser implementadas medidas tendentes a reduzir o desperdício de energia, em particular com recurso a sistemas de controle que desligam os sistemas de aquecimento em períodos em que os espaços estão desocupados, e a pôr fora de serviço os sistemas de AVAC, em períodos de ponta da energia elétrica.

Substituição de lâmpadas convencionais e fluorescentes, nos locais de maior utilização da iluminação artificial, por lâmpadas LED.

Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira:

Controle dos custos, através da sensibilização interna dos trabalhadores para o combate ao desperdício dos bens e energias, particularmente da iluminação, aquecimento e bens alimentares; informação e formação dos trabalhadores para a utilização adequada dos equipamentos; diversificação dos fornecedores, na procura dos que oferecem os produtos e serviços com a melhor relação qualidade/preço.

Conclusão

Este Plano de Ação, consubstancia um orçamento cauteloso, mas capaz de permitir a sua concretização.

Orçamento

Linhas Orientadoras

As linhas orientadoras do Orçamento estão baseadas nas condições dos atuais acordos de cooperação e terão em conta as realizações previstas, com base nos eixos orientadores enunciados.

Alguns pressupostos tiveram de ser levados em conta para a sua elaboração, tais como:

- Previsão de evolução dos preços dos combustíveis e outras energias, água e saneamento.

Da parte das energias, fez-se uma previsão dos custos ligados à energia elétrica, face à previsão da evolução dos valores de mercado, à auto-produção pelos painéis fotovoltaicos, tendo em conta também medidas de poupança, por racionalização do uso da eletricidade, e à continuação da substituição de lâmpadas convencionais por LED.

Não foi prevista alteração significativa dos custos dos combustíveis líquidos, tendo em conta a indefinição da evolução dos seus preços no mercado.

Quanto aos combustíveis gasosos – Gás Natural, que têm um peso significativo no orçamento, foi prevista uma evolução positiva de custos em linha com a evolução do custo da energia elétrica.

Não foi prevista alteração significativa dos preços de água, saneamento e resíduos.

Neste quadro optou-se por fazer uma previsão cautelosa dos custos associados a estas componentes.

- Efeitos da Inflação;

Tendo em conta a taxa de inflação do ano 2019, os valores a pagar em alguns contratos dos prestadores de serviços poderão sofrer ajustamentos.

Também os preços no setor de alimentação e bebidas, poderão continuar a ter tendência a aumentar e foi levada em conta a inflação prevista para o ano.

- Evolução dos salários

Foi feita uma previsão rigorosa dos custos do trabalho, tendo em conta o peso que representam no orçamento, bem como o quadro de pessoal necessário ao bom funcionamento dos serviços, a alteração do salário mínimo, a entrada em vigor de alterações nas carreiras profissionais, por força dos acordos laborais e a diferenciação salarial entre diferentes categorias profissionais.

A Mesa Administrativa

Informações relevantes para a elaboração do orçamento

Para analisar a Conta de Exploração Previsional e Plano de Investimentos para o próximo ano, apresento metodologia utilizada e a informação estritamente essencial para melhor compreensão dos mesmos.

No âmbito dos gastos e perdas:

Os produtos Consumíveis previstos para 2020, compreende os géneros alimentares e bebidas e ainda outros produtos como, de higiene e limpeza, de material de incontinência, de material paramédico, de medicamentos e de material administrativo e informático, cujo valor previsto foi obtido tendo em conta as quantidades necessárias e exigente negociação com os fornecedores.

O valor previsto dos “Fornecimentos e Serviços Externos” para 2020, obedeceu a avaliação das rubricas mais relevantes: os valores dos “Trabalhos Especializados” e dos “Honorários” foram calculados estimando o número de colaboradores e respetivos valores a pagar no âmbito dos prestadores de serviços e dos profissionais liberais, a maioria na área da saúde. O valor da rubrica “Conservação e Reparações” foi elaborado tendo por base a assistência habitual para manter em adequado funcionamento as instalações, equipamentos e viaturas. O valor da rubrica “Energia e Fluídos” foi calculado tendo em consideração os gastos de energia com um previsível aumento do preço da eletricidade e, quanto aos combustíveis os gastos previstos tiveram em conta a média de oscilações do preço. A água prevê-se que mantenha o valor estável. Os valores da rubrica de “Serviços Diversos” engloba rendas de equipamentos, comunicações, o valor estimado para seguros, os encargos com a saúde de utentes, a limpeza, higiene e conforto e ainda outros itens de natureza eventual cujos valores variam em função das circunstâncias. O valor das restantes rubricas dos FSE, não são significativos e não tem caráter regular.

O valor apresentado na rubrica “Gastos com Pessoal” é o mais significativo e teve por base o ajustamento com salário mínimo nacional e as alterações das remunerações previstas nas tabelas salariais, bem como os respetivos encargos patronais sobre os salários de acordo com as diversas taxas a plicar. Contempla ainda o seguro de acidentes de trabalho e outros valores que têm a ver com o subsídio de alimentação em espécie que figura nos recibos do pessoal, a formação profissional e as bolsas dos estagiários do IEFP.

Os custos de “Depreciação e Amortizações”, obedecem ao decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de setembro, calculados em função dos ativos fixos tangíveis e intangíveis sujeitos a depreciações e amortizações.

As restantes rubricas de gastos sujeitos a situações circunstanciais; os encargos relacionados com financiamentos correntes e ainda, outras verbas esporádicas de reduzido valor, não justificam discriminação mais pormenorizada.

No âmbito dos rendimentos e ganhos:

Na rubrica de “Prestações de Serviços”, o valor estimado foi calculado atendendo às especificidades das duas grandes áreas:

Na área social, abrangendo a terceira idade, foi tido em conta o pequeno aumento esperado das pensões dos utentes e, neste orçamento, inclui também o valor das participações da segurança social que são contrapartida dos serviços efetivamente prestados por cada resposta social em função do número efetivo de utentes comunicado mensalmente à segurança social. O aumento estimado é o previsto para o setor solidário, protocolo para o biénio 2019/2020.

Na área saúde, o facto das unidades de cuidados continuados permanecerem totalmente ocupadas e o nível de frequência esperada na unidade de fisioterapia aconselhou como espectável o valor agora estimado para 2020. As outras componentes da rubrica de serviços prestados são de ocorrência esporádica e de valor reduzido.

Os “Subsídios à Exploração” abarcam apenas os valores expectáveis a receber do fundo de turismo e do IEFP (contratos emprego inserção mais), que neste item são contrapartida do correspondente nos gastos com o pessoal.

Nos “Outros Rendimentos e Ganhos” estão englobados diversas rubricas designadamente os “Rendimentos Suplementares” tais como os valores estimados de donativos em numerário que terão grande probabilidade de ocorrerem, tendo em conta a evolução do ano corrente; os valores do parque de estacionamento e outros menos significativos; “Rendimentos e Ganhos em Investimentos não financeiros” que abarca as rendas obtidas; “Subsídios para Investimento” refere-se especificamente ao valor transferido da conta homónima do balanço para resultados do exercício de 2020, proporcional às depreciações esperadas dos ativos; a rubrica “Outros” refere-se ao valor contabilizado em contrapartida do valor do subsídio de refeições a constar nos recibos de salários no próximo ano; valores a receber do IEFP para compensar parte dos gastos suportados com estagiários. Os restantes valores desta rubrica são reduzidos e de ocorrência ocasional.

Finalmente, o investimento previsto para o próximo ano está expresso no “Orçamento de Investimentos” onde constam os valores a investir, as condições de financiamento e o plano de execução de obras.

José Loureiro dos Santos, Economista / C.C.



RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO
PLANO ACÇÃO E ORÇAMENTO PARA 2020

Caros Irmãos,

A - Preâmbulo

1 - Em cumprimentos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, nomeadamente nos termos da alínea c) do artigo trinta e um do Compromisso e do mandato que nos foi conferido, vem o Definitório da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim no âmbito das suas competências apreciar e emitir o seu Relatório e Parecer sobre o Programa de Ação e o Orçamento apresentado pela Mesa Administrativa para o exercício com termo em 31 de Dezembro de 2020.

2 – É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação realista dos referidos documentos com suporte em estimativas baseadas em critérios credíveis.

3 – A responsabilidade do Definitório consiste em examinar a informação contida em ambos os documentos, competindo-lhe expressar um parecer profissional e independente, baseado no exame dos documentos.

4 – Assim sendo, o Definitório procedeu à leitura dos citados documentos, à sua análise e apreciação no âmbito das suas competências e atribuições de fiscalização dos atos de administração financeira da Santa Casa. Com particular incidência analisou o Orçamento para o ano de 2020.

5 – De salientar o facto que o Orçamento apresentado continua a expressar uma linha de orientação que se caracteriza pela responsabilidade e prudência, procurando manter um equilíbrio financeiro sustentável. Nesta fase, ainda como instrumento previsional de gestão, constitui o veículo para a obtenção dos meios e recursos que permitam e possibilitem a execução programada na esfera do objeto social da Santa Casa.

6 – Analisou as estimativas e pressupostos subjacentes à sua elaboração e a quantificação das receitas e despesas consideradas coerentes com anteriores perspetivas estratégicas.

7 – No Plano de Ação, a Mesa Administrativa relata o plano de Investimentos, relativo às obras de Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação da ERPI - Pensionato e Requalificação Energética, dos edifícios da ERPI, projetadas para suprir insuficiências estruturais e melhorar as condições.



O valor total do investimento a realizar é de 2.780.300,71€, sendo apoiado por três linhas de financiamento: Portugal 2020 (PEDU), IFRRU – Santander, e ainda pela Linha Capitalizar Mais do Novo Banco.

8 – Dada a elevada rigidez da receita e na sua grande parte dos custos, apresenta a Mesa Administrativa, no Orçamento, uma preocupação enorme em compensar o aumento dos custos de pessoal, através de uma gestão criteriosa dos Serviços Externos.

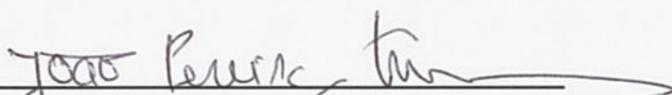
9 – Entende este Definitório que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão do respetivo Parecer.

B- Parecer

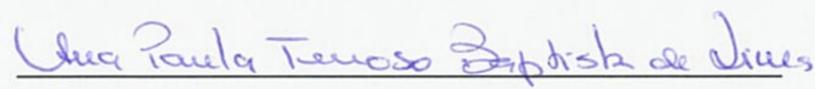
Em reunião do Definitório analisou-se a Proposta de Ação e respetivo Orçamento para 2020, elaborados pela Mesa Administrativa. Na sua avaliação, depois de ampla discussão e esclarecimentos obtidos dos Sr.s Provedor e Técnico de Contas, mereceram a concordância, reconhecendo este Definitório o mérito da Proposta, a sua credibilidade e coerência dos pressupostos, **pelo que deliberou por unanimidade pronunciar-se favoravelmente.**

Póvoa de Varzim, 22 de Novembro 2019

O Definitório


João Pereira Gomes - Presidente


Maria Emília Macedo de Oliveira – Vice Presidente


Ana Paula Terroso Baptista Lima - Secretária

Centros de Custo		
IDENTIFICAÇÃO	Designação	Utentes-clientes
Na sede	CEAP	50
Na sede	Lar N ^a SRA ^a da Misericórdia	57
Na sede	Centro Dia	50
Na sede	Centro Dia-Laúndos	10
Na sede	Resid. p/ Idosos	38
Na sede	Apoio Domiciliário	85
Na sede	Lar de Grandes Dependentes	41
Na sede	PEA	68 ref./dia
Na sede	U.C.C.Integrados – MD	21
Na sede	U.C.C.Integrados – LD	27
Na sede	Medicina Física	-
Na sede	S.Relig.Católico	-

Investimentos				
Designação	Valor	Portugal 2020 PEDU	IFRRU SANTANDER	Capitalizar Mais Novo Banco
AAERPI	2.186.128,00	1.105.000,00	798.480,06	282.647,94
RQ-Pens	219.400,00		219.400,00	0,00
RE	374.772,71		307.420,65	67.352,06
	2.780.300,71	1.105.000,00	1.325.300,71	350.000,00
Valor			1.325.300,71	350.000,00
Prazo		Fundo Perdido	240 meses	84 meses
Carência de Capital			18 meses	24 meses
TAE			1,15%	1,10%
Plano execução Obra				
AAERPI	Novembro/2019 a Junho/2021			
RE-Pens	Dezembro/2019 a Dezembro/2020			
RE	Dezembro/2019 a Junho/2021			

Legenda

Designação	
Alteração e Ampliação da ERPI	AAERPI
Requalificação da ERPI – Pensionato	RQ-Pens
Requalificação Energética	RE

CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA 2020

(Em euros)

Código da Conta	Gastos e Perdas	Valores	
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		
61211	Géneros Alimentares	473.750,00	
61211	Outros	314.210,00	787.960,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621	Subcontratos	0,00	
6221/8	Serviços Especializados	525.120,00	
6231/8	Materiais	10.180,00	
6241/8	Energia e fluidos	247.420,00	
6251/8	Deslocação, Estadas e Transporte	1.380,00	
6261/8	Serviços Diversos	116.430,00	900.530,00
63	Gastos com o Pessoal		
6321	Remunerações Certas	2.584.912,00	
6322	Remunerações Adicionais	0,00	
633	Formação Profissional	4.360,00	
635	Encargos Sobre Remunerações	576.435,00	
636	Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças Profissionais	59.453,00	
637/8	Outros Custos com o Pessoal	114.080,00	3.339.240,00
64	Gastos de Depreciação e de Amortização		193.900,00
67	Provisões do Período		0,00
68	Outros Gastos e Perdas		
681	Impostos	1.420,00	
684	Perdas em inventário	0,00	
68881/2	Apoio pecuniário a carênciados/Gratificações estímulo a utentes.....	0,00	
6883	Quotizações	4.070,00	
6889	Outros	2.980,00	8.470,00
			5.230.100,00
69	Gastos de Financiamento e Perdas Similares		
691	Juros Suportados	14.050,00	
698	Outros	0,00	14.050,00
			5.244.150,00
	RESULTADO LÍQUIDO PREVISIONAL		9.510,00
	TOTAL		5.253.660,00

CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA 2020

(Em euros)

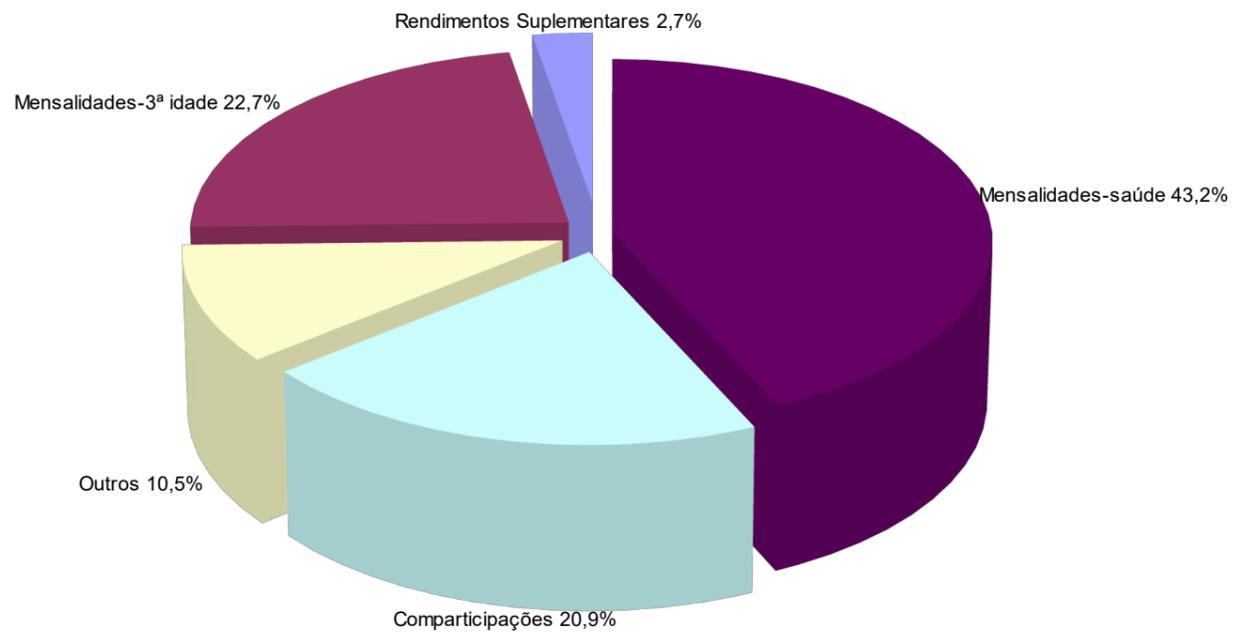
Código da Conta	Rendimentos e Ganhos	Valores	
71	Vendas		0,00
72	Prestações de serviços		
721	Comparticipações de Utentes e Entidades.....	4.564.720,00	
722/8	Outros	141.430,00	4.706.150,00
74	Trabalhos para a Própria Instituição		
748	Para Autoconsumos	0,00	
749	Para Outros	0,00	0,00
75	Comparticipações, Subsídios Eventuais á Exploração		
751	Comparticipações do Estado e Outros Entes Públicos		
7511	Centro Distrital de Segurança Social	0,00	
7514/8	Outros	77.360,00	
752/8	Subsídios de Outras Entidades	0,00	77.360,00
76	Reversões		0,00
77	Ganhos por Aumentos de Justo Valor		0,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos		
781	Rendimentos Suplementares	72.100,00	
784	Ganhos em Investimentos	0,00	
787	Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros.....	147.990,00	
783	Subsídios para Investimento (Transferência)	90.020,00	
782/8	Outros	157.590,00	467.700,00
			5.251.210,00
79	Juros e Outros Rendimentos Similares		
791	Juros Obtidos	2.450,00	
798	Outros Rendimentos Similares	0,00	2.450,00
			5.253.660,00

RESUMO:

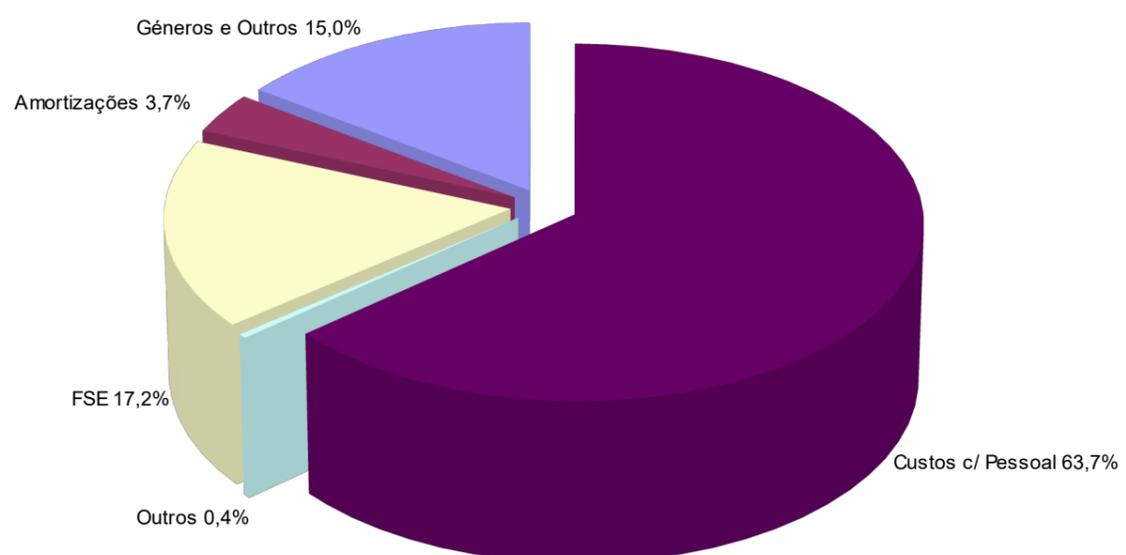
EBITDA	215.010,00
Resultados operacionais	21.110,00
Resultados líquido previsional	9.510,00

A MESA ADMINISTRATIVA

RENDIMENTOS E GANHOS PREVISIONAIS



GASTOS E PERDAS PREVISIONAIS



Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Orçamento de Exploração para 2020
(por natureza)

Conta	Rendimentos e Gastos		2020
72	Prestações de serviços	+	4.706.150,00
75	Comparticipações e subsídios eventuais	+	77.360,00
61	Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	787.960,00
62	Fornecimentos e serviços externos	-	900.530,00
63	Gastos com pessoal	-	3.339.240,00
78	Outros rendimentos e ganhos	+	467700
68	Outros gastos e perdas	-	8.470,00
	Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos	=	215.010,00
64	Gastos de depreciação e da amortização	-	193.900,00
	Resultado operacional	=	21.110,00
79	Juros e rendimentos similares obtidos	+	2.450,00
69	Juros financiamento e perdas similares	-	14.050,00
81	Resultado líquido do período	=	9.510,00

Orçamento de Exploração para 2020
(por funções)

Rendimentos e Gastos		2020
Prestações de serviços	+	4.706.150,00
Custos mercadorias consumidas e dos serviços prestados (61 + 63 – 63 G.Adm)	-	3.777.264,00
Resultado bruto	=	928.886,00
Outros rendimentos	+	545.060,00
- I.S.S.IP-C.D.S.S. (7511)		0,00
- Outros (75 – 7511 + 78)		545.060,00
Gastos administrativos (62 + 64 + 63 G.Adm)	-	1.444.366,00
Outros gastos (681 + 688)	-	8.470,00
Resultados operacionais	=	21.110,00
Gastos de financiamento (69 - 79)	-	11.600,00
Resultado Líquido do período	=	9.510,00



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. N.º 500 850 208



ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA **CONVOCATORIA**

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **30 de Novembro de 2019 (Sábado)**, pelas **18.00 horas**, no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - Apreciar, discutir e aprovar o Plano de Atividades e Orçamento de exploração previsional e investimentos para o ano de 2020, e Parecer do Definitório;

Ponto 2 – Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o n.º 3 do artigo 22 do Compromisso.

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim, 04 de Novembro de 2019

O Presidente da Assembleia Geral

Manuel Alves de Aguiar Quintas, Dr

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Positivo
11/11/1986

Telefones: 252 290 520 – 252 618 575 • Fax 252 290 529 • E-mail: geral.santacasa@sapo.pt • www.paramiloidose.org

Corpos Sociais para o quadriénio 2016/2019

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *Manuel Alves de Aguiar Quintas (Dr.)*
Vice-Presidente *Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira (Prof.Dr.)*
Primeiro Secretário *Mateus Manuel Maio Ribeiro*
Segundo Secretário *José Carlos Brandão Gomes (Dr.)*
Suplentes *José Antunes Santos Silva (Dr.)*
Abel Alcino da Silva Ferreira (Dr.)

DEFINITÓRIO

Presidente *João Pereira Gomes (Dr.)*
Vice-Presidente *Maria Emília Macedo Oliveira*
Secretária *Ana Paula Terroso Baptista de Lima (Dra.)*
Suplentes *Joaquim José Pereira Figueiredo*
Jorge Manuel de Guimarães Caimoto (Dr.)

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor *Virgílio Alfredo Tavares Ferreira (Engº)*
Vice-Provedor *Pedro Manuel Arteiro Falé (Prof.)*
Secretário *José Manuel Lobo Martins*
Tesoureiro *Virgílio da Silva Fernandes*
Vogais *Mário José Leite*
António Fernando Maio Ribeiro
Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro
Suplentes *António Manuel Gomes Carvalho*
José Alberto de Sousa e Silva (Dr.)
Manuel Abel Milhazes Rigor
Manuel Gomes Moreira